



KARL MARX VIS-À-VIS MAX WEBER:

perspectiva comparada das visões acerca do Estado

Felippe Ramos*

Resumo Este trabalho aborda a distinção analítica entre Marx e Weber, em relação ao tema do Estado. A hipótese é de que ambos os autores, a despeito do que pode parecer à primeira vista, estavam imbuídos da impossibilidade de um Estado impessoal, o que remete, em última instância, à politização do Estado. O que parece claro na visão de Marx é, contudo, obscurecido pela construção metodológica (e epistemológica) de Weber, com base na busca constante da objetividade do conhecimento, a partir de uma ciência que se afasta do engajamento político e da importância das categorias analíticas da burocracia e racionalização. Essa dificuldade de construir uma análise crítica da proposta weberiana pode ser esclarecida, contudo, constituindo uma análise do Estado, em oposição à esfera de legitimação do Estado moderno que se encontra claramente na burocracia, cuja característica maior é a impessoalidade, a partir da descrição de suas *instâncias de decisão* – um elemento político sobre a burocracia. A análise marxiana do Estado classista, por sua vez, também precisa ter suas nuances analisadas de acordo com o próprio amadurecimento teórico do autor, que, em suas obras de análise de eventos históricos escritas tardiamente, torna complexa a classificação do Estado, demonstrando suas aporias e disputas internas, para além de sua visão inicialmente instrumental do Estado.

Palavras-chave Marx; Weber; Estado; Política.

KARL MARX VIS-À-VIS MAX WEBER: A COMPARATIVE ESSAY
ABOUT THEIR VIEWPOINT ON THE STATE

Abstract *This article approaches the analytical distinction between Marx and Weber related to State theme. The hypothesis is that both authors, despite what can primarily be thought, were convinced about the impossibility of an impersonal State; this is,*

* Graduado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Relações Internacionais e mestre em Sociologia também pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é professor visitante de Sociologia no Central Arizona College (EUA).

thus, the State is politicized. What is clear in Marx's approach is, however, less clear because the methodological (and epistemological) Weber's construction, based on a persistent pursuit of knowledge objectivity from a totally depoliticized science and sustained by the analytical concepts of bureaucracy and rationalization. The difficulty to understand a critical approach of Weber can be put aside if an analysis of the State is taken from the decision instances (a political factor over bureaucracy) in spite of explain the legitimating sphere of modern State, founded precisely on the impersonality of the bureaucracy. Marxist approach also need be considered through its nuances according to theoretical development of the author that, in his later-written books to analyze historical events, deepens his assortment of types of States and shows its inner conflicts, what implies overcoming his first understanding of it as simply instrumental.

Keywords Marx; Weber; State; Politics.

DO ATOR NO ESTADO: A BUROCRACIA E A POLÍTICA EM WEBER

É demasiadamente conhecida a formulação weberiana da modernidade como progressiva racionalização, que, no campo da institucionalidade social, engendra um fortalecimento da burocracia com base nos critérios de impessoalidade. Na organização burocrática, as atividades dos funcionários se desenvolvem em uma base regular, com deveres oficiais determinados por níveis de autoridade delimitados por uma hierarquia de funções. As regras se encontram registradas por escrito (códigos, estatutos), e o recrutamento se faz por demonstração de competência especializada, em exames de caráter competitivo ou por apresentação de diplomas e certificados. A profissão, se bem exercida nos parâmetros de racionalidade e eficiência, permite progressão na carreira. Há, enfim, uma separação clara entre funcionário e função, não sendo esta última atributo do indivíduo, e sim apenas exercida temporalmente pelo funcionário (WEBER, 1991).

No mundo moderno, com o longo processo histórico, as instituições paulatinamente regidas pela lógica burocrática predominaram sobre as instituições regidas por lógicas típicas do antigo regime: as empresas burguesas modernas, com base na competitividade, no trabalho disciplinado, na poupança, na organização orçamentária, na divisão clara de funções, destacaram-se sobre as antigas corporações de ofício, fundamentadas na manutenção e reprodução de privilégios a partir do monopólio de saberes (WEBER, 1991; 2003).

Weber (2003) demonstra as raízes do processo de transformação da lógica e motivação da ação, em *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. A coinci-

dência temporal da Reforma Protestante com a ascensão econômico-comercial da burguesia foi fundamental para abalar as estruturas de dominação lastreadas na Igreja e na moral católica e fundar, assim, uma nova moral. O trabalho disciplinado do cristão protestante independe de uma fiscalização direta corporal, pois a ética do trabalho é internalizada pelos corpos agora obedientes: a mensagem cristã revigorada pelo protestante é a de sair do enclausuramento monástico e agir no mundo – “ser sal da terra e luz do mundo”, “ir por todo o mundo e pregar o Evangelho a toda a criatura”.

E agir no mundo não significa, contudo, ser do mundo, pois Jesus já dizia que seu reino não é aqui. Os frutos do trabalho diligente do cristão protestante, então, só poderiam ser poupados, uma vez satisfeitas suas necessidades básicas de reprodução como corpo, dado o veto teológico e moral aos prazeres pagãos. O cristão protestante se tornou, desse modo, um ótimo trabalhador para o capitalismo ascendente: disciplinado e poupador, em um momento de acumulação primitiva de capital.

A radicalização calvinista deu outro duro golpe na teologia católica: se é necessário ser e estar neste mundo, os frutos do trabalho, ainda que tendo de ser poupados de gastos profanos, são sinais divinos de que Deus tem abençoado as ações realizadas. A condenação *do* lucro, secular na Igreja Católica, tornou-se a condenação *ao* lucro na emergente ordem do capitalismo comercial. Por capitalismo, então, pode-se entender as práticas da burguesia mercante acumuladora de crescentes lucros, após as conquistas das grandes navegações. A Reforma Protestante deu a esse capitalismo seu discurso legitimador.

Nota-se, então, que a ética do trabalho (competitividade, obediência à hierarquia, poupança) não nasce apenas como criação da razão secular, mas também como instrumento de fé. É a imbricação entre capitalismo e protestantismo que expande a secularização no mundo do trabalho à totalidade social: a ética do trabalho defendida moralmente pelo segundo e já praticada pela burguesia emergente, ante a ordem das corporações de ofício. A prática capitalista ascendente ganha um discurso moral legitimador, ao mesmo tempo em que se demonstra uma escolha racional – e pode-se atrever a usar essa expressão, pois organiza logicamente o trabalho e maximiza seus frutos (WEBER, 2003).

O próximo passo não estava distante: organizar do mesmo modo o trabalho, já sem recorrer a qualquer moral religiosa, bastando, como elemento de justificação, o fato de auferir lucro a partir do modelo adotado.

Quando o Estado toma sua forma moderna e se sobrepõe à Igreja como principal poder em um território, limitando à Igreja a fonte última de legitimidade, o

primeiro toma do mundo capitalista seu modelo organizacional. De fato, o Estado passa a funcionar como um polvo, com múltiplos tentáculos, cada qual especializado em uma parte da organização sociopolítica em seu território. Assim, nascem institutos de registros civis, retirando da Igreja a fonte de dados sobre a população. Criam-se impostos e organismos para cobrá-los e administrá-los. Especializa-se a função de produção monetária a partir de um cálculo econômico fundamentado na economia do comércio internacional – o sistema-mundo.

Os governos monárquicos e, posteriormente, republicanos, contam com ministros, os quais agem em uma área específica do governo. Contudo, é nesse ponto que, segundo Weber (1991), reside o elemento não burocrático da burocracia: acima da organização burocrática moderna persiste o elemento político.

Na fase mais contemporânea da modernidade, o elemento político ganha certos contornos procedimentais, no bojo da institucionalidade democrática: eleições periódicas, limitações ao poder do governante ditadas por um equilíbrio entre diferentes poderes, dever de obediência às leis existentes e, em última instância, à Constituição. No entanto, não se pode confundir a racionalização e/ou democratização do exercício do poder com burocratização. Ainda que a burocratização seja consequência da racionalização moderna, nem toda a racionalização desemboca em uma estrutura burocrática. Esta última implica a “procedimentalização”, cada vez mais profunda das atividades humanas, a ponto de se considerar plena (ideal-tipicamente), quando a impessoalidade for total, ou seja, quando a ação for movida tecnicamente ao outro generalizado: a sociedade como um todo.

Retira-se da burocracia, desse modo, o núcleo mesmo da política: o interesse, seja particular, seja de grupo (classe, partido, etc.). Na análise weberiana, contudo, cabe sempre um espaço de discussão sobre o que *deve* fazer a burocracia. O termo remete à constituição política da normatividade. Assim, contraditoriamente, a democracia, para Weber (1991), é, no fim das contas, o domínio das regras e leis, mas com uma cúpula social politizada que disputa o modo como essas normas e leis genéricas serão efetivamente postas em prática.

No plano político, Weber (1991; 2001) valoriza, assim, a figura do líder, sua legitimidade e seu carisma. O líder, no contexto moderno, é aquele que consegue ditar a direção a ser tomada pelo corpo social, mas de forma limitada pela racionalização e burocratização; logo, pelos procedimentos institucionais. Sua análise permanece centrada na ação, porque o líder se relaciona com os dominados, impondo-lhes seus interesses e sua visão de mundo, e deles retira sua legitimidade (racional-legal, afetiva/carismática ou tradicional).

No caso do Estado, na análise weberiana, o procedimento democrático responde à necessidade moderna de legitimidade racional-legal ao exercício do poder, que, no fim das contas, permanece sendo a capacidade de impor a própria vontade (ou a do grupo/partido) em detrimento da vontade alheia, à qual cabe a subserviência como corpo no aparato burocrático, o que configura a relação de dominação face ao líder (WEBER, 1991; 2002).

O dominado se manifesta, é bem verdade, a partir de seu direito de voto, mas a democracia defendida por Weber se distancia das formas de democracia direta ou semidireta dos democratas radicais desde Rousseau – esses exercícios, inerentemente instáveis, seriam típicos da falta de consolidação burocrática e, portanto, na linguagem da moderna ciência política, da pouca estabilidade institucional.

A questão parece ser, para Weber, que o domínio último do político é limitado pela racionalização da própria vida moderna: a modernidade reduz o escopo de atuação do político por meio dos mecanismos burocráticos de regulação de sua atividade. Não à toa, o desencantamento do mundo (racionalização-burocratização) desembocou em uma “gaiola de ferro” na qual a mudança estrutural é entendida como improvável, e a liberdade de ação, como espaço de criatividade que ocorre no contexto social, mas não necessariamente no plano político.

Portanto, para enriquecer a análise weberiana, pode-se dizer que a modernidade se diferencia de períodos anteriores da história pelo fato de que, usando Foucault, transita-se do mundo do poder individualizado (e arbitrário), sobre uma massa subalterna, para um mundo do poder institucionalizado e sem rosto, sobre indivíduos identificáveis e portadores de direito – os cidadãos.

Cria-se, assim, uma hierarquia oficial na burocracia, que é respaldada no mérito e na especialização, e uma autoridade institucional que, apesar de política, administra, mas não muda a ordem estatuída (ou muda na forma previamente estabelecida para a mudança). “O tipo puro de funcionários burocráticos são nomeados pela autoridade superior. Um funcionário eleito pelos dominados deixa de ser uma figura puramente burocrática” (WEBER, 1991, p. 222).

Pode-se inferir que Weber se preocupava, aqui, com o que a ciência política contemporânea chama de responsividade e *accountability*, que caracterizam o exercício do mandato do eleito em relação às pressões da base que o elegeu. O autor discordava não desses princípios, mas de sua abrangência; a seu ver, restrita aos cargos eleitorais estritamente políticos, para a conformação dos poderes Legislativo e Executivo.

A burocracia é, para Weber (1991, p. 191), “a sombra inescapável da progressiva democracia de massas”, no sentido de que configura a liberdade do indivíduo,

em seu mundo fora do trabalho, e, simultaneamente, significa a limitação do exercício do poder político. Esse limite não mais seria possível ser exercido pela participação de todos em uma ágora, mas, no máximo, por meio de um espaço público limitado e institucionalizado, no qual as instituições funcionariam como pontes e intermediários. É por isso que Weber (1991), ao caracterizar o funcionário burocrático como obediente somente “às obrigações objetivas do cargo”, afirma que este é “pessoalmente livre”.

Assim, resume-se que, em Weber (1991), a progressiva racionalização da vida moderna engendrou historicamente a burocracia (isto é, impessoalidade) como forma mais adequada de relação social, que coordena capitalismo, democracia, legalidade, trabalho e liberdade pessoal, em um contexto altamente institucional.

Restringe-se a ação política à dimensão residual, no âmbito da formação dos poderes Executivo e Legislativo, que ditam, de forma limitada institucionalmente, o dever ser da burocracia (o que o corpo de funcionários e trabalhadores farão objetivamente, que tarefas cumprirão tecnicamente e obedientemente no exercício de seus cargos subordinados). Ao exercer o cargo, o trabalhador ganha sua condição de liberdade: ser ou fazer o que se quer (sob o limite das leis) nas demais esferas da vida.

O posicionamento da liberdade como algo fora do mundo do trabalho diferencia radicalmente a perspectiva de Weber da análise de Marx, centrada justamente no Estado como agente que legitima a escravidão de classe no mundo do trabalho, considerado como centro do mundo social e, portanto, também centro da análise materialista histórica.

DO ESTADO ENQUANTO ATOR: MARX E O INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE

Se, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx (2006, p. 113) parece concordar com a ideia weberiana da diferenciação entre funcionário e função, quando afirma que “o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica”, é apenas para afirmar, logo após, que:

O trabalhador não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto; é trabalho forçado. [...] O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho como da

peste logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo (MARX, 2006, p. 114).

Se Marx, ao escrever essas linhas, tinha o objetivo de contradizer a tradição contratualista moderna que defende a tese do contrato estabelecido entre iguais, sua formulação vai de encontro também à tese weberiana formulada mais tarde: o mundo do trabalho sob o capitalismo é a impossibilidade da liberdade, e não sua condição. No entanto, as relações de produção que garantem a reprodução dessa escravidão de classe são, por sua vez, garantidas pela regulação estatal.

O Estado, então, nessa formulação teórica, não será considerado o ápice da racionalização burocrática moderna, mas o ente que, pelo uso da força e da construção ideológica de uma legitimidade de classe, impõe a predomínio das relações capitalistas de produção. Daí o famoso corolário: “o Estado moderno não passa de um comitê para gerir os negócios comuns da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2001, p. 31).

A essa visão simplificada do Estado acrescenta-se outro trecho da obra de Marx, igualmente imortalizado, dessa vez no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*:

Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, *a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social*. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência [grifo colocado] (MARX, 1983a).

Mais uma vez o Estado é considerado, agora nesse texto de 1859, uma superestrutura jurídica e política que existe em consequência do modo de produção capitalista e cuja função é garantir a reprodução ordenada e legitimada ideologicamente desse modo de produção. Com essas duas máximas marxianas, torna-se nítida sua visão acerca do Estado como instrumento de dominação de classe, ao contrário da perspectiva weberiana, que enxerga no Estado o lócus progressivo

da impessoalidade, com uma politização residual nas esferas mais afastadas do cotidiano (instituições políticas).

Marx não nega a racionalização, mas, pode-se dizer, transformaria esse processo de racionalização no verbo transitivo “racionalizar para”, no sentido de que o ato de racionalizar a vida social contribui para a legitimação da ordem capitalista e do domínio de classe, sendo, desse modo, funcional em benefício de uma classe específica, e não voltado para o todo social de forma igual, como pressupunha a ideia da impessoalidade.

Mas onde estaria a racionalização progressiva do mundo moderno em Marx? Poder-se-ia dizer que em sua grande obra, *O capital* (MARX, 1987), na análise da “complexificação sistêmica” do capitalismo, desde a análise da forma mercadoria em forma abstrata à historiografia do capital.

É nesse momento que Marx discute a autonomização do funcionamento sistêmico do capitalismo descolado das vontades individuais, seja de burgueses, seja do proletário, bem ao contrário das fases iniciais do capitalismo, em que a burguesia desempenhou papel revolucionário frente ao antigo regime. Ou seja, a volição burguesa voltada ao lucro (Weber diria ação racional voltada para fins) cede espaço à reprodução estrutural, em que o indivíduo já não possui visão da totalidade, mas age como peça da engrenagem social. Essa linha de pensamento, valorizada por Althusser, contudo, era relativizada pelo próprio Marx, a fim de salvaguardar a possibilidade (então, dita inevitabilidade) da revolução. Assim, os sujeitos históricos (sempre coletivos, na forma de classe social) podem fazer a história; se não como querem, ao menos de acordo com as possibilidades das circunstâncias históricas reais apresentadas (MARX, 2007).

O ponto que aproxima Marx de Weber (ou vice-versa) é que ambos os autores consideravam que o processo de racionalização (consolidação e autonomização do sistema, em Marx) não implica sujeitos detentores de uma visão holística ou intelectualização da massa. O sistema é racional, não necessariamente os indivíduos. Em Weber, o indivíduo se torna, ao menos, dotado de um *ethos* proporcionado por seu tempo social, que o capacita a agir no mundo racionalizado. A agência, tema central em Weber, não perde sua capacidade de agir. Os indivíduos se adaptam, internalizam as diretrizes culturais e recriam o mundo a partir da ação. Em Marx, entretanto, essa separação do homem em relação à gerência de seu próprio destino é vista como alienação e, por conseguinte, limitação à ação. Essa capacidade de agir historicamente (compôr o processo dialético de formulação da antítese) só poderá ser restaurada em sua plenitude pela superação da alienação e reconquista coletiva (de classe) da capacidade de construir a própria história de forma emancipada. Essa

libertação dos grilhões da alienação se processa, na formulação marxiana, quando o proletariado, como classe, supera a consciência em si e a eleva em consciência para si, possibilitando o assalto ao Estado, este ente que, uma vez instrumental, servirá aos anseios emancipatórios da classe trabalhadora.

O materialismo histórico dialético, destarte, concebe o Estado como ente subordinado, criado para atender certos fins de classe. Mais uma vez, Marx se distancia dos autores contratualistas que enxergam no Estado a transposição da humanidade para o estágio civilizado, sob a égide do contrato social. O Estado é, ao contrário, uma realidade histórica contingente e representa uma necessidade da superestrutura burguesa para legitimar as relações de produção capitalistas e, logo, o modo de produção como um todo.

As idéias da classe dominante são em todas as épocas as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, simultaneamente, dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual (MARX; ENGELS, 2006, p. 64).

O Estado é, então, parte fundamental destes “meios de produção espiritual”. É interessante analisar, contudo, que a temática do Estado vai amadurecendo aos poucos na obra de Marx. Nos primeiros escritos do autor, ao contrário do que pregam boa parte dos manuais de introdução aos clássicos da sociologia, a temática econômica divide a cena com a discussão filosófica. Em *O manifesto comunista*, por exemplo, Marx e Engels (2001) exploram a constituição histórica da economia burguesa (o que, decerto, seria desenvolvido em *O Capital* e na *contribuição à crítica da economia política*).

Ao tratar do conflito dialético do proletariado contra a burguesia, os autores vão abordar a “conquista do poder”, dando a entender, mas raramente citando, “Estado”. Essa conquista do poder acontece em razão da dinâmica econômica, ou seja, dos choques entre forças produtivas e relações de produção. Ainda não é em *O Manifesto* que Marx e Engels conseguirão apresentar uma análise satisfatória do fenômeno propriamente político – a política como agonismo, com autonomia relativa face a outros campos sociais, tal como o conceito foi trabalhado por Mouffe (1996).

Desse modo, a conquista do poder no Estado é considerada como resultante da dinâmica econômica, e o Estado é considerado como um ente quase passivo,

que, a partir da classe dominante, em dado período histórico, receberá desta as diretrizes condizentes com seus interesses coletivos. Nas palavras dos autores:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade. [...] O proletariado utilizará a sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do *Estado, isto é, do proletariado organizado enquanto classe dominante*, e para aumentar, o mais rapidamente possível, a massa das forças produtivas [grifo colocado] (MARX; ENGELS, 2001, pp. 58-59).

Em outro trecho, os autores criticam o socialismo burguês:

Por “mudanças nas condições materiais de vida”, tal socialismo não compreende, de modo nenhum, a liquidação das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária; mas, compreende melhorias administrativas realizadas sobre a base dessas relações burguesas, isto é, que em nada alteram a relação entre capital e trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para *diminuir os gastos da burguesia com seu domínio e para simplificar o trabalho administrativo de seu Estado* [grifo colocado] (MARX; ENGELS, 2001, p. 72).

Fica clara a abordagem econômica do materialismo de Marx e Engels no trecho: a dominação é oriunda das relações de produção e, por sua vez, dominar tem um custo econômico arcado pelo Estado, que é possuído instrumentalmente pela burguesia.

Essa abordagem econômico-instrumental do Estado ganha sentido no interior da teoria do materialismo histórico dialético da determinação “em última instância” da infraestrutura econômica, conforme justificativa de Engels.

Se a lógica formal é teoricamente impecável, foi a realidade histórica que induziu as análises marxianas a se tornarem complexas no que tange ao tema do Estado. De fato, Marx viveu os anos turbulentos das revoluções de 1830 e 1848 e a Comuna de Paris, em 1871. A partir das investigações empíricas desses acontecimentos históricos na Europa, bem como em decorrência das lutas entre as orientações políticas no interior da Associação Internacional de Trabalhadores, Marx torna complexa a análise e começa a enxergar as nuances, as disputas internas, as diferentes formas que o Estado pode assumir, as conquistas possíveis da classe trabalhadora, face ao Estado burguês. Esses ensaios analíticos de Marx influenciaram fortemente a obra de marxistas no século XX, como Lenin (e sua

politização do Estado) e Gramsci (e sua ideia de hegemonia e guerra de posição). No prefácio à *Crítica da Economia Política*, obra considerada ápice do determinismo econômico em Marx, encontra-se esse pensador defendendo que as: “[...] formas de Estado não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida” (MARX, 1983a).

Esse trecho pode ser lido tanto como determinismo – e normalmente o é –, mas também pode ser entendido como a convicção de Marx de que o Estado assume várias formas, a depender das “relações materiais de vida”, e, logo, seguindo sua dialética, a dos conflitos históricos.

Os acontecimentos históricos induziram Marx a aprofundar a discussão e, para confirmar a afirmação, reproduz-se trecho longo, mas esclarecedor, de *A guerra civil na França*, coletânea de documentos da Associação Internacional dos Trabalhadores, escritos por Marx como análise da conjuntura política francesa após a Guerra Franco-Prussiana, em 1871:

[...] saudamos o advento da República em França, mas, ao mesmo tempo, experimentamos apreensões que esperamos se mostrarão sem fundamento. Esta República não subverteu o trono, apenas tomou o seu lugar deixado vago. Foi proclamada não como uma conquista social mas como uma medida nacional de defesa. Ela está nas mãos de um governo provisório, composto, em parte, por orleanistas notórios, em parte por republicanos da classe média, nalguns dos quais a insurreição de Junho de 1848 deixou o seu estigma indelével. A divisão do trabalho entre os membros desse governo parece desastrosa. Os orleanistas apanharam as fortalezas do exército e da polícia, enquanto aos pretensos republicanos couberam os departamentos onde se fala. Bastam alguns dos seus primeiros atos para mostrar que herdaram do Império não apenas ruínas mas também o seu pavor da classe operária. Se à República são exigidas manifestas impossibilidades numa fraseologia desenfreada, não será com vista a preparar a reclamação de um governo «possível»? Não estará a República destinada, por alguns dos seus dirigentes de classe média, a servir como mero tapa-buracos e ponte para uma restauração orleanista? [...] A classe operária francesa move-se, pois, em circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de derubamento do novo governo na presente crise, quando o inimigo quase bate às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses têm de cumprir os seus deveres como cidadãos; mas, ao mesmo tempo, não devem deixar-se iludir. [...] Que aproveitem, calma e resolutamente, as oportunidades

da liberdade republicana, para o trabalho da sua própria organização de classe. Isso dotá-los-á de forças hercúleas novas para a regeneração da França e a nossa tarefa comum — a emancipação do trabalho [...] *Vive la République!* [grifo original do autor] (MARX, 1986, p. 131).

Marx passa a defender os ganhos táticos, o que não implica adesão ao reformismo, tampouco uma separação entre Marx jovem e Marx maduro, como duas fases distintas de seu pensamento. Se a realidade material tem primazia sobre o mundo das ideias (isto é, da teoria), nada mais conforme a abordagem materialista do que a reformulação e adaptação das teses a partir dos dados empíricos. A riqueza da análise leva Marx a terminar o trecho supracitado com a inesperada exclamação de louvor à República, uma vez que percebeu o ganho real de uma nova conjuntura política, na qual o proletariado poderia ter sua voz ecoada e sua organização ampliada, se comparada com as conjunturas de guerra e do império.

O Estado não deixa de ser, pode-se dizer, *em última instância*, uma organização que corrobora e reproduz o capitalismo e o domínio burguês, mas é também um espaço de disputa no qual as forças políticas se organizam e manifestam suas demandas, onde a correlação de forças varia conjunturalmente, influenciando os *outputs* estatais, às vezes em favor da classe trabalhadora. Também é um espaço no qual se manifestam as contradições entre discurso e prática burguesa, o que possibilita à classe dominada exigir o cumprimento das promessas feitas, que, uma vez realizadas, contradizem o interesse e o domínio burguês e, se não realizadas, desmascaram as hipocrisias que serviam para legitimar as relações de produção capitalistas.

O Estado é, então, um feixe de forças. A análise de Marx chega a alcançar os meandros do cotidiano político, suas tramas, o jogo entre discurso e prática, as relações privilegiadas:

Pouco depois da conclusão do armistício, M. Millièrre, um dos representantes de Paris à Assembleia Nacional, agora fuzilado por ordem expressa de Jules Favre, publicou uma série de documentos judiciais autênticos como prova de que Jules Favre, que vivia em concubinação com a mulher de um bêbedo residente em Argel, tinha conseguido apoderar-se, pelo mais audacioso cozinhado de falsificações ao longo de muitos anos — em nome dos filhos do seu adultério —, de uma importante herança que fez dele um homem rico; e de que, num processo intentado pelos legítimos herdeiros, só escapou ao desmascaramento com a

conivência dos tribunais bonapartistas. Como estes secos documentos judiciais não podiam ser descartados por nenhum volume de cavalos-vapor de retórica, Jules Favre, pela primeira vez na vida, conteve a língua, esperando em silêncio a explosão da guerra civil para, então, denunciar freneticamente o povo de Paris como um bando de reclusos evadidos em revolta aberta contra a família, a religião, a ordem e a propriedade (MARX, 1986, p. 137).

Em outro momento, Marx (1986, p. 140) demonstra que a corrupção também é elemento importante, pois, como possibilidade de ascensão de classe, amealha aliados para a burguesia entre as classes mais baixas: “Jules Ferry, um advogado sem vintém antes do 4 de Setembro, conseguiu, como presidente do município de Paris durante o cerco, amealhar uma fortuna à custa da fome”. Marx também reconhecia já as dissidências entre a classe dominante, as quais ora se aliavam e ora se colocavam em conflito político aberto:

[...] república parlamentar, esse interregno anônimo no qual todas as facções da classe dirigente rivais conspiravam juntas para esmagar o povo, e conspiravam umas contra as outras para restaurar, cada uma, a sua própria monarquia (MARX, 1986, p. 145).

Outro ponto reconhecido é a influência da subjetividade por meio das diferenças de condução do Estado, ditadas pelas preferências e inclinações pessoais dos mandatários, quando ele aborda de forma enfática as características de Thiers sob seu olhar:

Mestre em pequenas patifarias de Estado, virtuoso em perjúrio e traição, qualificado em todos os estratagemas baixos, expedientes manhosos e perfídias vis da luta parlamentar dos partidos; sempre sem escrúpulos, quando fora do governo, em atear uma revolução e em afogá-la em sangue quando ao leme do Estado; com preconceitos de classe fazendo as vezes de ideias e vaidade às vezes de coração; com uma vida privada tão infame como a sua vida pública é odiosa — mesmo agora, quando desempenha o papel de um Sila francês, não pode deixar de realçar a abominação dos seus atos pelo ridículo da sua ostentação (MARX, 1986, p. 152).

Se Marx costuma ser acusado de evolucionista, em decorrência de sua apresentação da dialética como movimento inevitável da história para frente, ainda nessa pequena obra de análise da política real, Marx aponta que “a roda da história

tinha manifestamente girado para trás” (MARX, 1986, p. 153). Acrescenta, ainda, que o Estado não é um instrumento pronto a serviço da classe que dele se apropriar, mas um conjunto de instituições construídas historicamente, de acordo com os interesses das facções da classe dominante. Portanto:

[...] a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos. O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos omnipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura — órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho — tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. Contudo, o seu desenvolvimento permanecia obstruído por toda a espécie de entulho medieval, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e de guilda e constituições provinciais. A gigantesca vassourada da Revolução Francesa do século dezoito levou todas estas relíquias de tempos idos, limpando assim, simultaneamente, o terreno social dos seus últimos embaraços para a superestrutura do edifício do Estado moderno erguido sob o primeiro Império, ele próprio fruto das guerras de coalizão da velha Europa semi-feudal contra a França moderna (Marx, 1986, p. 161).

Em *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (1983b) afirma que o Estado possui formas distintas a depender do momento e do contexto histórico, ainda que, sob o capitalismo, todo e qualquer Estado assuma características próprias desse modo de produção:

A «sociedade hodierna» é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de acrescentos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O «Estado hodierno», pelo contrário, muda com as fronteiras do país. No Império prusso-alemão é diferente de na Suíça, na Inglaterra é diferente de nos Estados Unidos. «O Estado hodierno» é, portanto, uma ficção. No entanto, os diversos Estados dos diversos países civilizados, apesar da sua variada diversidade de formas, têm tudo isto em comum: erguem-se sobre o solo da sociedade burguesa moderna, só que umas mais ou menos desenvolvidas de modo capitalista. Também têm, portanto, em comum certos caracteres essenciais. Neste sentido, pode falar-se de «sistema de Estado hodierno» (Marx, 1983b, p. 35).

A questão aqui proposta não é a divisão entre jovem Marx e Marx maduro, mas sim a constatação de que, nos últimos escritos, a temática do Estado ganha proeminência no pensamento de Marx, visível até pelo largo uso do termo, em comparação com o escasso uso em suas primeiras obras. No entanto, não há qualquer ruptura teórica identificável em relação à base epistemológica do materialismo histórico dialético. Há a importante descoberta do Estado como ente intermediário das relações de produção que legitima ideologicamente e juridicamente a ordem e é capaz de usar a força (buscando o monopólio, como diria Weber) para a salvaguarda do sistema.

Logo, o Estado é um ente construído historicamente e em permanente construção, a depender das relações materiais, da correlação de forças e da capacidade de cada classe se organizar e se exprimir politicamente em dado período histórico. Se a influência de época do determinismo do progresso (tal como o Absoluto em Hegel) e do evolucionismo (tal como exemplificado na biologia de Darwin e nos adaptadores sociais de sua análise) levou Marx a uma redação por vezes ambígua, percebe-se, contudo, por suas análises da política real (isto é, do jogo de poder no Estado), que a dialética e a práxis como critérios metodológicos o impediram de prender-se a essas influências.

OS CAMINHOS DE WEBER E MARX

Como palavras finais, as diferenças de perspectiva metodológica e epistemológica entre Marx e Weber os levam a tomar caminhos sensivelmente diferentes no que tange ao espaço da política no mundo moderno e contemporâneo. Enquanto para Weber a racionalização, a burocratização e o desencantamento do mundo tendem a reduzir o espaço da política, limitando seus atores às lideranças (a despeito da democracia formal) e reduzindo as possibilidades de mudança em razão do contexto institucional (gaiola de ferro), em Marx, a política permeia todo o tecido social. Em Marx, a política confere sentido à concretude do econômico; não é apenas epifenômeno, como discutido acima, mas tem suas nuances e suas dinâmicas próprias. Em Weber, a política tende a ser cada vez mais residual (o que sobra após o limite de procedimentalização das ações sociais). Não implica dizer que o espaço do poder é reduzido, uma vez que o poder permeia toda a relação social e resulta em dominação entre os atores, mas implica separação (se não real, ao menos analítica) entre política e poder; a primeira sendo uma manifestação específica do segundo.

Que entendemos por política? É extraordinariamente amplo o conceito. [...] Comenta-se da política de divisas de um banco, [...] da política adotada por um sindicato durante uma greve. [...] Evidentemente não darei significação tão ampla ao conceito que servirá de fundamento às reflexões [...]. Por política entenderemos tão-somente a direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se exerce nesse sentido (WEBER, 2001, p. 49).

Assim, a política em Weber se refere aos processos conflitivos no âmbito do poder institucionalizado da sociedade (detentor do monopólio legítimo do uso da força). Para Marx, a política confere forma e conteúdo específico ao Estado capitalista (e socialista), que apenas em linhas gerais possui características similares. Para Weber, o mesmo acontece, mas este privilegia a análise do que diferencia o Estado moderno de outras formas anteriores de poder institucional e, portanto, em vez das descrições e análises que Marx realiza sobre o cotidiano da política no contexto de uma historiografia e antropologia do exercício do poder, Weber dá preferência a compreensão sociológica e “politológica” da instituição racional e de seus procedimentos, sob os quais ocorrem as relações entre os atores. Marx, por sua vez, compara o que acontece na modernidade com o que aconteceu em outros momentos históricos:

Para encontrar um paralelo da conduta de Thiers e dos seus cães de caça temos de voltar aos tempos de Sila e dos dois triunviratos de Roma. O mesmo morticínio por grosso, a sangue-frio; o mesmo desprezo, no massacre, pela idade e sexo; o mesmo sistema de torturar prisioneiros; as mesmas proscricções, mas desta vez de toda uma classe; a mesma caça selvagem a dirigentes escondidos, para que nem um possa escapar; as mesmas denúncias de inimigos políticos e privados; a mesma indiferença pela chacina de gente inteiramente estranha à contenda. Só com esta diferença, que os romanos não tinham *mitrailleuses* para despachar os proscritos em massa e não tinham «a lei na mão» nem nos lábios o grito de «civilização» (MARX, 1986, p. 153).

Assim, para Marx, o que diferencia a modernidade de outros períodos históricos não é tanto a questão do Estado, destinado a ser forma contingente da organização do poder do capital, mas que, em termos de conteúdo da dominação, revela as mesmas atrocidades contra os dominados. Assim, apesar da questão de o Estado ter recebido destaque nos últimos escritos de Marx, a diferença está mesmo no modo de produção; o capitalismo tende a elevar os conflitos de classe

até a emancipação do proletariado, em nome de todos os dominados. A perspectiva de Weber, desembocando na “gaiola de ferro”, adota um tom pessimista em relação à possibilidade da emancipação. A perspectiva de Marx, ao entrever a revolução, segue o sentido inverso: a emancipação é o fim da história. E se ainda não houve emancipação é porque a humanidade ainda tem muito a caminhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983a.
- . *Crítica ao programa de Gotha*. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1983b.
- . *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- . *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- . *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- . *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- . *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Tradução Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: EdUNB, 1991. v. 1.
- . *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- . *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.
- . *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.